

HISTÓRIA, CULTURA E TURISMO EM OLIVENÇA – ILHÉUS, BAHIA

Maria Alice Accyoli Dória
Hélio Estrela Barroco
Guilherme Lohmann
Southern Cross University/UESC

RESUMO: O texto em questão teve como objetivo analisar a história indígena de Olivença (Ilhéus-Ba) buscando uma possível reconfiguração do turismo cultural. Trata-se de uma pesquisa exploratória, e de levantamentos bibliográficos e documentais de natureza histórica cultural da localidade em estudo. No desenvolvimento deste artigo, procurou-se recuperar a história local da região sul baiana, mais especificamente a de Olivença, no contexto de sua colonização. Em seguida, tendo em vista a subordinação da população indígena aos ditames da sociedade dominante (ficando assim o seu destino esquecido), se tentou distinguir a cultura indígena através de suas formas, traços e memória. Com base nas reflexões históricas e culturais, buscou-se como parâmetro à concepção do conceito de turismo cultural com base nos aspectos teóricos do desenvolvimento sustentável como forma de preservar a sua história e a cultura indígena ainda existente. Finalmente, analisou-se a história indígena de Olivença para possível reconfiguração de turismo cultural, de maneira que essa população venha a ter participação no desenvolvimento local e que sua identidade seja recuperada. O resultado da investigação possibilitou revelar Olivença como detentora de um grande potencial turístico e cultural, mas ausência de planejamento gerenciado com o objetivo de alcançar competitividade no setor é uma das principais ações a serem empreendidas com vista ao desenvolvimento turístico e cultural sustentável, tão necessário no que concerne a recuperação da sua história e do reconhecimento da comunidade indígena que vem sobrevivendo até hoje, apesar das violências de toda a ordem cometidas contra a sua existência.

PALAVRAS CHAVES: *Índios; turismo cultural; desenvolvimento sustentável.*

ABSTRACT: The text in question had as objective to analyze the indigenous history of Olivença (Ilhéus-BA) searching a possible reconfiguration of the cultural tourism. One is to a exploratory research, and bibliographical surveys and you register of cultural historical nature of the locality in study. In the development of this article, it was looked to recoup the local history of the Bahia's south region, more specifically of Olivença, in the context of its settling. After that, in view of the subordination of the

indigenous population to the dictates of the dominant society (being thus its forgotten destination), if it tried to distinguish the indigenous culture through its forms, traces and memory. On the basis of the historical and cultural reflections, the theoretical aspects of the sustainable development searched as parameter to the conception of the concept of cultural tourism on the basis of as form to preserve its history and still existing the indigenous culture. Finally, it was analyzed indigenous history of Olivença for possible reconfiguration of cultural tourism, thus this population comes to have participation in the local development and that its identity is recouped. The result of the inquiry made possible to disclose Olivença as detainer of a great tourist and cultural potential, but absence of planning managed with the objective to reach competitiveness in the sector is one of the main actions to be undertaken with sight to the sustainable, much-needed tourist and cultural development with respect to recovery of its history and the recognition of the indigenous community that comes surviving until today, although the committed violence of all the order against its existence.

KEY WORDS: Indians, cultural tourism, supportable development

INTRODUÇÃO:

1- ASPECTOS HISTÓRICOS DE OLIVENÇA

As primeiras notícias que se tem sobre a área em estudo, referente ao século XVI, reportam-se às relações estabelecidas entre os primeiros ocupantes da região e os colonos deslocados de Portugal em função da implantação das capitanias hereditárias, e, uma delas, a Capitania de São Jorge dos Ilhéus, na qual Olivença fazia parte, foi doada por Dom João III a Jorge Figueredo Correia em 1524, e em função das atividades que exercia na Corte, designou Francisco Romero, para administrar essa capitania na tentativa de efetivar sua colonização.

O primeiro núcleo de povoamento em Ilhéus, sede da capitania, ocorreu em 1536, e situava-se no alto do Morro de São Sebastião. Esta zona escolhida satisfazia plenamente todas as exigências pré-estabelecidas: terras de boa qualidade e com possibilidade de expansão, água potável abundante, porto de acesso relativamente seguro, e um amplo sistema fluvial, importante na penetração para o interior (CAMPOS, 1981).

Promoção



Realização



Nesse período essa área era ocupada pelos índios Tupiniquim, e os colonos aí estabelecidos iniciaram relações de caráter pacífico utilizando-se da técnica de escambo. Esse território ocupado pertencia à Companhia de Jesus, doado pelo então governador Mem de Sá, em 1563, que além dos Tupiniquins também era habitada pelos índios Aimoré, Tupinambá, e Kamakã-Mongoió (COUTO, 1998).

Na medida em que o processo de colonização foi se tornando mais extensivo e exigindo trabalho mais ordenado, os colonos começaram a mudar suas relações com os grupos indígenas. Teve início assim as tentativas de escravização dos Tupiniquins, com vistas a implantação de um sistema econômico (a cana-de-açúcar) voltado para a exportação. Tal ação foi a grande responsável em provocar reações contrárias por parte dos índios, por não aceitarem as novas formas de relacionamento.

Outro aspecto relevante diz respeito ao significado e valor do espaço ocupado. Os índios incorporavam aqueles espaços, único referencial de vida e sobrevivência, ao passo que os colonizadores europeus se apropriavam dos ambientes litorâneos visando à exploração de riquezas naturais em larga escala (madeiras, peles, metais preciosos) e a expansão comercial agrícola que, além de ampliar as áreas de cultivo, passou a ser uma estratégia da política colonial para defesa do território.

Os índios logo foram marginalizados de seus territórios e, a ocupação colonial, imprimiu uma dinâmica nova à paisagem primitiva, implantando alterações mais marcantes na paisagem: engenhos de cana-de-açúcar, ampliação das vias de transportes, vilas e fazendas.

Desse modo, a necessidade de mão-de-obra fez com que os colonos incentivassem as bandeiras e os descimentos¹, atingindo os chamados grupos do interior do sertão (os “bravios e antropófagos” Aimorés também conhecido por Gren e os kamakã-mongoió), objetivando trazê-los para junto das povoações portuguesas

¹ Descimentos: deslocamento de povos inteiros para novas aldeias, próximas aos estabelecimentos portugueses.

para serem catequizados e civilizados de modo a tornarem-se vassallos úteis.

(PERRONE – MOISÉS, 1992).

Bastante pressionados pelos brancos, os índios optaram por estabelecer relações pacíficas e aceitarem os aldeamentos jesuíticos, situados, em geral, próximo às populações coloniais. Os Tupiniquins foram aldeados em vários pontos da Capitania de Ilhéus, sendo que a aldeia de Nossa Senhora da Escada, em Olivença, fundada e administrada (catequese e organização), por jesuítas em 1700, a três léguas ao sul de Ilhéus, decorreu da união dos índios tupiniquins sobreviventes de outros aldeamentos anteriormente instalados, e mais próximos da vila de Ilhéus, dizimados, principalmente, por doenças infecto-contagiosas.

Naquela época, em 1700, na referida aldeia, só existia uma única construção de pedras, que era a Igreja de Nossa Senhora da Escada, construída no alto da colina pelos índios e jesuítas, e as demais casas eram de taipa² situadas nos arredores desta igreja.

A principal atividade desenvolvida pelos índios, e explorada pelos jesuítas, era o artesanato, destacando-se o fabrico de contas para rosários, feitos com coquilhos de piaçava, exportadas para Salvador, onde recebiam tratamento final com pintura de cor preta. Com a palha da mesma planta, os índios faziam chapéus, redes, esteiras e cestos. Além deste material o casco de tartaruga era utilizado para confecções de pentes e outros enfeites para cabelo. (PARAÍSO, 1982).

Em 1755, a antiga aldeia de Nossa Senhora da Escada foi elevada à condição de vila com o nome de Nova Olivença, sendo sua administração ainda aos jesuítas, até 1760, quando foram afastados, ficando sua direção entregue a Câmara Municipal de Ilhéus, em decorrência das medidas legais, determinadas pelo Marquês de Pombal (BARROS, apud COUTO, 1998).

Desarticulada a missão jesuítica, a Câmara Municipal adotou a prática comum e legal de arrendar as terras dos índios a “brancos” interessados. Os índios ficaram então

² Parede de barro ou estuque de madeira: pau-a-pique.

à mercê dos ditames dos colonos e fazendeiros da região restando-lhes uma única alternativa: trabalhar na derrubada das matas. Aos poucos, os fazendeiros foram ocupando o antigo território tribal, transformando-o em fazendas, ficando deste modo os índios de Olivença limitados a uma reduzida faixa de terras.

Sobre este período, o naturalista *Wied-Neuwied* em passagem por Olivença, em sua viagem pelo o Brasil em 1817, descreveu:

Vila Nova de Olivença é uma cidade de índios, fundada pelos jesuítas há uma centena de anos. Nessa época, buscaram-se índios do rio Ilhéus ou São Jorge para trazê-los para aqui. A vila possui agora cerca de 180 fogos e, todo o seu território conta com cerca de 1000 habitantes. Com exceção do padre, do escrivão e de dois negociantes, Olivença não conta quase com portugueses. Todos os demais habitantes são índios, que conservam os seus traços característicos com toda a sua pureza. (WIED-NEUWIED, 1989, p.335).

Uma nova Lei de Terras emanada do poder central em 1850 permitia às Províncias e às Câmaras Municipais extinguirem as aldeias e leiloarem as terras. Em oposição à Câmara Municipal de Ilhéus, que demonstrava claramente a intenção de transformar o aldeamento em centro de produção agrícola, utilizando para isso a mão-de-obra indígena, o governo provincial, por considerar os índios já domesticados, declarou extintos todos os aldeamentos da capitânia, transformando em pequenas parcelas do território doado em lotes individuais a serem distribuídos entre os remanescentes. A partir de então os documentos deixam de se referir aos índios da Vila Nova de Olivença devido ao fato desse aldeamento já se encontrar extinto na prática, tendo como única referência o envio dos extintos índios para combater na guerra do Paraguai em 1865. No entanto, segundo Paraíso (1982), o aldeamento de Olivença foi legalmente extinto em 1875, ficando o governo autorizado a alienar as terras respectivas. (PARAÍSO, 1982).

Nessa ocasião os índios já estavam entregues às pressões dos fazendeiros interessados em transformar o local numa área de veraneio, pelo fato da área de

Olivença passar a ser reconhecida como produtora de água mineral, que segundo Campos (1981, p.382):

[...] é capaz de evitar que portadores de doenças rebeldes tenham que migrar para Itaparica, Cipó, Caxambu ou Poços de Caldas por passarem a dispor de um sanatório ideal ali perto, a três léguas, sem se privarem completamente da gestão de seus negócios e da presença de amigos e parentes [...].

Assim, Olivença começa então a chamar atenção de estudiosos, os quais que a indicam como um lugar adequado para uma estação de repouso pela amenidade do clima e pelas suas águas abundantes e salutíferas, responsáveis por curas em casos de hepatite, doenças estomacais, circulação, como também o beribéri. A partir de então as terras passam a ser invadidas de forma irreversível. (CAMPOS, 1981).

Porém, em decorrência da pobreza da região, Olivença continuou sendo até o fim do século XIX, como características de uma pobre aldeia de índios, administrada por Diretores ávidos por enriquecer utilizando suas terras, explorando o trabalho de seus habitantes e subvalorizando o preço dos artigos que produziam.

Em 1912, em decorrência da decadência econômica e interesses políticos, o poder legislativo estadual suprimiu a Vila de Olivença, depois de 157 anos de existência (Lei nº 905, de 6 de novembro), anexando-o ao Município de Ilhéus como distrito de paz, tendo sede no arraial de São João do Pontal (COUTO, 1998).

Com o passar do tempo, e devido aos interesses de fazendeiros da região e de várias autoridades de em Ilhéus, em transformar Olivença em um local para veraneio, organizaram um abaixo-assinado que foi publicado no jornal O Comércio, em 27 de novembro de 1924, endereçado ao Intendente de Ilhéus, reivindicando a construção de uma ponte sobre o ribeirão Cururupe, que segundo a comissão era o único empecilho para o desenvolvimento da antiga vila. Neste sentido, Campos (1981, p.383) informou:

Realizado este melhoramento, cessará tudo quanto há de menos conveniente em Olivença; construir-se-ão boas residências para o verão, e circularão automóveis do Pontal para aquela localidade, que deixará de ser considerada aldeamento de índios mansos para receber o título de estação balneária, a mais apropriada de todo o Estado.

Contudo, os indígenas estavam insatisfeitos e a partir de 1936, sob o comando do Caboclo Marcelino, organizaram ataques a partir da ponte do rio Cururupe, criando dificuldades para o acesso a Olivença. Seus objetivos era expulsar os colonos não índios do povoado e a tentativa de recuperar suas terras. Tais ações não obtiveram êxito, pois foram derrotados e presos por forças policiais.

Com o passar do tempo, Olivença tornou-se então atrativa área de lazer da elite ilheense, e desse modo, as disputas por terras se agravaram, principalmente com o fortalecimento do coronelismo na região cacaeira. Segundo Paraíso (1989), os índios de Olivença foram expropriados de suas terras não para garantir a expansão das lavouras cacaeiras, mas para permitir a afirmação e a posse de sinais de prestígio entre os cacauicultores: áreas de lazer. As batidas policiais eram contínuas e as casas dos caboclos³ eram invadidas e derrubadas bem como suas roças. Tal ocorrência resultou na evasão dos índios para o interior, e, os poucos que permaneceram no povoado foram aqueles que tiveram condições de construir suas casas de tijolos como estava sendo exigido. Seus descendentes permanecem até hoje no local.

A praça central, com características de aldeias jesuíticas (quadrado jesuítico), passou a ser palco de novo cenário, contendo apenas casas de veraneio construídas com tijolos. Por outro lado, os índios que moravam na orla marítima até 1967, foram subjugados pelo poder econômico, sendo obrigados, também, a recuar para o interior.

³ Mestiço de branco com índio; sertanejo; caipira

Assim, Olivença tornou-se a tão sonhada Estância Hidromineral⁴, procurada por inúmeros turistas, principalmente no verão, feriados e finais de semana. Situada a 18 km da sede, possui uma área de 327.000 m², dotada de um importante espaço de Mata Atlântica, praias e fontes de águas minerais. Além da agricultura de subsistência, do cultivo do coco e piaçava, passou a ter como um dos principais alicerces para seu desenvolvimento socioeconômico a atividade turística⁵. É um dos lugares mais privilegiados do sul baiano, hoje distrito do Município de Ilhéus e conta com aproximadamente 14.000 habitantes. Seus antigos moradores, descendentes dos índios, preservaram um pouco das tradições dos seus antepassados, entre elas as festas e os rituais religiosos.

2- PRESENÇA INDÍGENA EM OLIVENÇA E A SUA RESSOCIALIZAÇÃO

Tal como aconteceu com os Tupi, a atual relação dos índios de Olivença com pessoas e povos diferentes é tida agradável e cordial. Entretanto este fato chegou a ser considerado como determinante na extinção de sua cultura. No contexto antropológico esses processos de relacionamento com culturas díspares (como a dos colonos portugueses e mais tarde dos brasileiros), foi considerada tendente a ressocialização, ou seja, à substituição da cultura considerada menos poderosa sob o domínio de uma cultura mais forte.

Vale a pena mencionar algumas fontes históricas onde relatam o estado de ressocialização dos habitantes de Olivença.

Infelizmente, porém perderam as suas características originais. Lastimei não ver avançar na minha direção um guerreiro Tupinambá, o capacete de penas à cabeça, o escudo de penas (enduap) nas costas, os braceletes de penas enrolados nos braços, o arco e a flecha

⁴ Segundo Oliveira (2000) as estâncias hidrominerais são destinos de pessoas que buscam tratamento de saúde ou simples recreação.

⁵ Dados da Secretaria de Desenvolvimento Econômico da Prefeitura Municipal de Ilhéus – PMI, 2007

na mão. Ao invés disso, os descendentes desses antropófagos me saudaram com um adeus à moda portuguesa. Senti, com tristeza, quão efêmeras são as coisas deste mundo, que fazendo essa gente perder os seus costumes bárbaros e ferozes, despojou-as também de sua originalidade, fazendo delas lamentáveis seres ambíguos. (WIED-NEUWIED, 1989, p.334-335).

Sobre o mesmo assunto acrescentou Spix e Martius citado por Sales (1981, p.92), também em viagem pelo Brasil, e que visitou Olivença em 1819: “Da sua língua primitiva não encontramos mais vestígio algum entre eles; falam todos em português deturpado. Pareceram-me esses índios, de todos outros que tive a oportunidade de observar no Brasil, os mais assimilados aos europeus”

Ressalta-se ainda que esse fenômeno é comum a todos os povos dominados, aldeados, controlados pelo Estado que impunha sua ressocialização, e proibia também o uso das línguas nativas. Assim como os grupos indígenas de Olivença e de outras regiões, terminaram tendo suas áreas de circulação reduzidas pelo avanço dos brancos, perdendo um dos seus principais traços culturais, e sua mobilidade espacial, para as plantações e habitações.

Diante disso, não conseguiram manter e reproduzir as formas tradicionais de organização social, tornando-se crescentemente dependentes e consumidores de produtos da sociedade dominante. Assim, tendo adotado tais hábitos de consumo, vêm-se, compulsoriamente, engajados num sistema de trocas, nos quais poucos têm a oferecer e onde são discriminados. Tornando-se trabalhadores rurais e urbanos, cada vez mais são impelidos a agirem de acordo com as regras de mercado.

Mas, é importante destacar que, apesar do contato tão antigo com os colonos, os índios de Olivença de composição mista desde a fundação do aldeamento – Tupiniquim, Botocuto e Kamakã – mantiveram a consciência da oposição e identificação étnica face aos novos moradores que ali se instalaram, em decorrência da expansão e ocupação de espaço antes ocupado pela comunidade indígena.

Somente no final do século XX, início do século XXI a Funai oficializou o reconhecimento da sua etnia, que para surpresa dos técnicos se dizem ser índios Tubinambás. Já contam com aproximadamente 2.000 índios vivendo em 18 comunidades rurais localizadas nos arredores da estância, algumas a 30 km, permanecendo ainda na estância 73 famílias, totalizando 390 índios⁶. Vivem da pesca, agricultura de subsistência, artesanato, como também em trabalhos de serviços domésticos e empregos municipais. Embora ainda sofram discriminação quanto a sua etnia, mantêm uma identificação forte com o local, e a luta pelo seu reconhecimento tem como principal objetivo conseguir uma terra onde seja possível a construção da sua aldeia, proporcionando a todos uma melhor qualidade de vida.

É importante mencionar que, atualmente, mesmo já reconhecidos quanto a sua etnia, os índios de Olivença, continuam sendo identificados como caboclos e mantendo laços familiares e de solidariedade, preservando as suas tradições, principalmente nas festas e nos rituais, a exemplo da festa da Puxada do Mastro de São Sebastião⁷ que teve sua origem no início do século XVIII, sendo atualmente realizada todo segundo domingo do mês de janeiro.

3 TURISMO CULTURAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O homem é um ser levado a aprender sempre mais a respeito de um número sempre maior de idéias e fatos, tanto por sua necessidade inata de evoluir como pelas exigências de respostas sociais às expectativas do grupo social a que pertence. No caso, de turismo cultural este fato é típico, pois todos os aspectos das viagens que propicia a motivação do visitante como o desejo de ver coisas novas, de aumentar os conhecimentos, de conhecer as particularidades e os hábitos da comunidade

⁶ Dados fornecidos por Valdelice Amaral de Jesus, 39 anos, cacique das comunidades e titular do conselho de saúde indígena, em entrevista concedida para esta pesquisa.

⁷ Sobre a festa da Puxada do Mastro é encontrada em Edilece Souza Couto. A Puxada do Mastro – Transformações históricas da festa de São Sebastião em Olivença (Ihêus-Ba), 1998.

receptiva, de conhecer civilizações e culturas diferentes, de participar em manifestações artísticas ou, ainda por motivos religiosos. Tais produtos culturais devem ser elaborados dentro do princípio da sustentabilidade, para que não ocorra descontextualização desses rituais ou manifestações.

Antes de abrir a discussão quanto ao turismo cultural como um meio de proporcionar o encontro de pessoas de diferentes culturas, é necessário se estabelecer o conceito de cultura adotado nesta pesquisa. Pensa-se em cultura como uma série de elementos, como hábitos, valores, formas de pensar, interpretar e juízos sobre o mundo. Segundo Neves (1997, p. 90): “cultura é a expressão do modo de pensar, sentir, agir e reagir de um indivíduo, comunidade ou nação, manifestando na relação social através do culto, culinária, indumentária, arte, arquitetura, artesanato”.

A partir dessa concepção cultural, toma-se como referência o conceito de turismo cultural de Cunha (1997) que o define como: “O meio que permite às pessoas conviver com os modos de vida de outros povos e de poder desfrutar de todo o patrimônio de conhecimentos desses povos seja qual for o modo por que se expressam.”

Dessa forma, o turismo cultural pode ser encontrado não só como um meio de conhecimento, mas também como uma forma de transmitir uma imagem favorável ao visitante, mostrando o modo de vida de cada região.

Segundo Ignarra (1999) na atualidade quando o processo de globalização atinge todas as atividades humanas, a valorização da cultura típica surge como uma forma de diferenciação, aspecto fundamental na qualidade do turismo. O turista não quer ver apenas as manifestações culturais produzidas exclusivamente para serem mostradas para eles, como muitas destinações turísticas se especializam. Quer também conhecer o cotidiano do povo local, conhecer um ritmo diferente do que está comumente acostumado.

Ressalva-se, porém, que apesar do discurso em prol da preservação de identidade e reconhecimento das culturais locais, o que se observa é que todos esses aspectos que constituem o turismo cultural são passíveis de serem explorados para atração de visitantes, deixando de ocorrer de maneira espontânea e livre, e necessitando de planejamento subordinados às políticas públicas, à iniciativa privada ou à parceria de ambas, transformando-os em mercadorias a serem vendidas. A partir daí, Santana (2001) comenta que, atitudes como essas além de provocar o descontentamento da população local, alterando o seu espaço urbano e não entendendo a sua dinâmica e sua cultura, produz-se conseqüentemente a não-identidade e, conseqüentemente, o não-lugar.

Ruschmann (1997) destaca que tais problemas tendem a diminuir a partir de um esforço de conscientização a respeito dos papéis relativos aos setores público, privado e comunidade. Sem o apoio local e o engajamento das comunidades, os mais promissores projetos de desenvolvimento do turismo cultural são fadados ao fracasso. Assim, o planejamento do turismo deve passar por um programa de conscientização da população para a importância dessa atividade, principalmente pelo fato de que um dos benefícios do turismo cultural é o crescimento do orgulho da comunidade e, que cada chegada de turista possa significar um futuro econômico melhor e uma oportunidade quanto à dimensão social do relacionamento.

A consciência cultural é um insumo necessário ao desenvolvimento do turismo. Existe um papel significativo da comunidade local na proteção de sua cultura - seja na arte, na música, na dança, no artesanato, na gastronomia, no folclore, nas manifestações religiosas, na história da comunidade locais ou na comunidade indígena -, que é: decidir o que está preparado para oferecer, como será apresentados o seu patrimônio cultural e quais os aspectos da cultura, se houver, estaria fora dos limites para o visitante.

Devido a não clareza sobre a proteção das manifestações culturais sejam artísticas, folclóricas, gastronômicas, artesanais e religiosas, encontra-se em Turismo Responsável – Manual para políticas públicas (2004, p.63) que:

O governo federal editou Decreto 3.551 de 4 de agosto de 2000, que instituiu o Registro de Bens Culturais de natureza imaterial que constituem o patrimônio cultural brasileiro e cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial [...], decreto este que busca manter viva essas ações e manter a sustentabilidade cultural através da tradição transformada em ação.

Entende-se que a compreensão destes setores – público, privado e principalmente da comunidade - é de fundamental importância, uma vez que estão interligados e agem de forma integrada, constituindo-se eixo básico da estrutura para o desenvolvimento turístico e cultural sustentável.

A sustentabilidade cultural deve estar centrada na dimensão humana, onde se cria condições sustentáveis de qualidade de vida e a dinâmica de gestão susceptível a regeneração dos recursos naturais e artificiais, bem como, o manejo dos valores culturais e éticos dos grupos envolvidos.

A dimensão cultural busca raízes endógenas a diversidade e pluralidade cultural, pela preservação do patrimônio dos recursos naturais em respeito aos modelos locais.

É necessário, portanto, que todos os envolvidos estejam cientes das suas responsabilidades para que os valores culturais não sejam impostos, mas sim entendidos como uma ação constante, vulneráveis a sofrer influência do meio e, que para serem aceitos, precisam ser valorizados, ter identidade própria, ancorados em um espaço e que são representativos de uma sociedade em um tempo determinado. Essa heterogeneidade dos grupos sociais será a força motriz para o diferencial da atividade turística de cada localidade.

De posse desse referencial, a presente pesquisa pretende colocar em questão o potencial cultural existente em Olivença, com base em um desenvolvimento turístico/cultural sustentável como forma de preservar a sua história e a cultura indígena ainda existente.

4 POSSÍVEL RECONFIGURAÇÃO CULTURAL INDÍGENA PARA O TURISMO

Com o advento das novas tecnologias que continuam surgindo cada vez mais rapidamente, o mundo mudou, as distâncias diminuíram e, com esta transformação muda-se o procedimento cotidiano das pessoas e concepções de mundo de vários grupos humanos.

Dentro de um meio tão rico em modificações, tão resistente a velhas idéias preconcebidas, tanto na política como no social, o turismo vem se tornando um dos meios de comunicar idéias e atitudes diferentes. Este processo, já evidenciado nos dias atuais, demonstra o quanto este setor cresceu e se desenvolveu por todas as partes do globo terrestre.

Nesta nova era em que o saber deixou de ser estanque e excludente, vários segmentos sociais começaram a influenciar na produção cultural, na economia, e na política. É neste contexto que, este estudo tem como objetivo propor uma reconfiguração, ou seja, novas formas de promover a cultura indígena em Olivença, de maneira que o seu povo venha a se relacionar e beneficiar fazendo parte do desenvolvimento local voltado agora para o turismo, levando assim a um outro processo que é o resgate de uma memória, que segundo Le Goff (1996, p.476) “é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia.”

A revitalização de espaços, se bem realizada, apóia-se na memória coletiva, estimulando-a, ao tempo em que é de fundamental importância para desencadear o processo de identificação do cidadão com sua história e cultura. Mas é importante ressaltar que a memória coletiva trata não somente de uma conquista, mas também de um instrumento e um objeto de poder. Compreender a história local através da recordação e da tradição é uma manifestação da memória. Trata-se, portanto de manifestação através da constituição de arquivos fundamentalmente novos em que os mais característicos são os arquivos orais.

Conforme autor referido, não se deve esquecer os verdadeiros lugares da história, aqueles onde se deve procurar, não a sua elaboração, não a produção, mas os criadores e os denominados da memória coletiva, ou seja: os Estados, os meios sociais e políticos, as comunidades de experiência histórica ou de gerações, são levadas a constituir os arquivos em função dos usos diferentes que fazem a memória.

Constituir a memória coletiva escrita em Olivença significa permitir uma maior integração da comunidade, fazendo com que muitos adquiram consciência do papel que o local representou em determinado cenário e em determinada época, e que representa nos dias atuais. Além disto, a consciência de uma comunidade faz com que a cultura não perca sua autenticidade e assim não crie produtos para atender a demanda turística, mas sim realizem o que sabem fazer como: artesanatos, interpretação ambiental das plantas que curam doenças, vestimentas, culinária, dança, música, enfim, devolvendo dessa forma o orgulho da sua identidade étnica.

De aldeamento indígena para zona de veraneio, de certa forma o lugarejo já está reconfigurado para exploração turística, com suas casas de veraneio, hotéis, pousadas, restaurantes, bares, e camping. Vale ressaltar que essas novas reconfigurações não fizeram com que Olivença perdesse seu primitivo traçado urbano do início do século XVIII, característico de aldeamento jesuítico, possuindo significativo

interesse histórico. Porém percebe-se, que para esse novo cenário está faltando os seus atores principais – os índios e a sua cultura.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao estudar a transformação histórica de Olivença pode-se perceber o potencial existente quanto aos seus aspectos culturais e também naturais, mas que, no entanto, não estão sendo aproveitados de maneira que venha a lhe proporcionar um desenvolvimento local promovendo assim, uma qualidade de vida melhor para a sua comunidade.

À falta de investimentos públicos, de cooperações e colaborações de empresários e entidades privadas e de organizações não governamentais, que em troca oferecer-se-iam incentivos, publicidade e, com certeza, um lugar na sua história, seriam providências a serem tomadas para este patrimônio à espera de uma adoção.

Portanto, em respeito à, pelo menos, seu memorável passado, necessita-se com urgência de medidas que impeçam a deterioração de seu espaço. A situação requer uma postura da sociedade como um todo, pois tomando Olivença como exemplo, o momento exige seriedade de todos os órgãos que têm dever de zelar pelas condições de preservação dos bens culturais e das pessoas. Não se pode mais adiar a implementação das propostas de revitalização que levem em conta a destinação social, maximizando o significado do patrimônio cultural: índios, religiosidade e suas águas minerais.

A falta de planejamento que também contemple o turismo cultural é o que está faltando para Olivença, tão necessário no que concerne a recuperação da sua história e do reconhecimento da comunidade indígena que vem sobrevivendo até hoje apesar das violências de toda a ordem cometidas contra a sua existência. Discutir

Promoção



Realização



conjuntamente os caminhos necessários é procurar soluções em que todos sejam beneficiados. É a razão de ser do próprio homem resgatando seu passado, buscando seu espaço presente e necessidades futuras, para enriquecimento das relações sociais e humanas.

REFERÊNCIAS

- BAHIA, Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo. IPAC-BA. Inventário de Proteção do Acervo Cultural. *Monumentos e Sítios do Litoral Sul*. Vol. 5. Salvador, 1988
- BARRETO, M. *Turismo e Legado Cultural: As possibilidades do planejamento*. Campinas, SP: Papyrus, 2000
- CAMPOS, S. *Crônica da Capitania de São Jorge dos Ilhéus*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1981
- COUTO, E. S. *A Puxada do Mastro: Transformações históricas da festa de São Sebastião em Olivença (Ilhéus-BA)*. UNESP, 1998 (Dissertação de Mestrado)
- CUNHA, L. *Economia e Política do Turismo*. Portugal: McGraw-Hill, 1997
- IGNARRA, L. R. *Fundamentos do Turismo*. São Paulo: Pioneira, 1999
- LE GOLF, J. *História e Memória*. Campinas, SP: UNICAMP, 1996
- NEVES, E. Dimensão histórico-cultural. Salvador: CAR, 1997
- PARAÍSO, M. H. B. *Caminhos de Ir e Vir e Caminho Sem Volta: Índios, Estradas e Rios no Sul da Bahia*. UFBA, 1982 (Dissertação de Mestrado)
- _____. Os índios de Olivença e a Zona de Veraneio dos Senhores de Cacau da Bahia. in: *Revista de Antropologia*, São Paulo: Edusp, 1989 (30-31-32)

PERRONE-MOISÉS, B. *Índios Livres e Índios Escravos: Os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII)*. Textos organizados por Manuela Carneiro Cunha – História dos Índios no Brasil. São Paulo: Companhia das letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992

SALES, F. *Memória de Ilhéus*. São Paulo: GRD; Ilhéus-BA: Prefeitura Municipal, 1981

SILVEIRA, M. A. T. *Planejamento Territorial e Dinâmica Local: Bases para o Turismo Sustentável*. Coletânea Turismo do Desenvolvimento Local. São Paulo: Finep, 1997

TURISMO RESPONSÁVEL. *Manual para políticas públicas*. [Org. Sergio Salazar Salvati]. Brasília, Df,: WWF Brasil, 2004

WIED-NEUWIED, M. *Viagem no Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Univ. de São Paulo, 1989